



123

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0008321-25.2013.8.17.0000(311.100-8)
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Juízo: 3ª Vara Criminal
Impetrantes: Yolanda Alexandrino da Silva e outro
Paciente: Enildo Xavier da Silva
Procurador de Justiça: Francisco Edilson de Sá Júnior (por convocação)
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONVERSÃO EX-OFFICIO DO FLAGRANTE EM PREVENTIVA. LEGALIDADE. ART. 310, II, CPP. ÉDITO PRISIONAL. REVOGAÇÃO. PRISÃO. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. 26 QUILOS DE MACONHA. RISCO À ORDEM PÚBLICA. LASTRO IDÔNEO.

1. Não se vislumbra ofensa ao art. 311 do CPP, porquanto, não cuida a hipótese de decretação ex-officio de prisão preventiva, considerando que o julgador primevo se limitou a converter a custódia flagrancial já efetivada dentro dos parâmetros legais em prisão preventiva, como expressamente autoriza o art. 310, II do CPP.

2. Verificada, a partir de elementos contidos nos autos, a presença dos requisitos e pressupostos autorizadores da prisão preventiva, previstos nos arts. 311 e 312 do CPP, o juiz não só pode como deve decretar a medida extrema, independente de requisição policial ou ministerial.

3. Não merecem acolhida os pleitos de revogação do édito prisional ou de substituição da constrição pelas medidas cautelares de que trata o art. 319, do CPP, porquanto, a gravidade concreta do delito, autoriza a decretação e manutenção da prisão preventiva.

4. O delito imputado, a natureza e quantidade da droga apreendida, aproximadamente vinte e seis quilos de maconha, evidenciam o risco que o réu representa à sociedade e à ordem pública, seja pela elevada quantidade de drogas, seja pelo considerável número de usuários que poderiam atingidos pela mercancia que lhe é atribuída.

5. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão havida nesta data, à unanimidade, pela denegação da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que formam o acerto. Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator



122

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0008321-25.2013.8.17.0000(311.100-8)
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Juízo: 3ª Vara Criminal
Impetrantes: Yolanda Alexandrino da Silva e outro
Paciente: Enildo Xavier da Silva
Procurador de Justiça: Francisco Edilson de Sá Júnior (por convocação)
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se habeas corpus em favor de **Enildo Xavier da Silva**, denunciado por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/06, nos autos do Proc. n. 0014283-24.2013.8.17.0810, em curso perante o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, ora indigitado autoridade coatora.

Aduz-se que a custódia cautelar padece de nulidade por ter sido decretada pelo juiz, de ofício, ainda na fase inquisitorial, sem ação penal em curso, afrontando o art. 311, do CPP, que ao sentir dos impetrantes somente autoriza a decretação ex-officio, depois de instaurada a persecução penal.

Sustenta, ademais, que o decreto prisional é desfundamentado.

Forte em tais argumentos pugnam pelo relaxamento da prisão, nos termos do art. 5º, LXV, da CF/88 ou pela desconstituição da prisão preventiva ou ainda pela substituição por medidas cautelares do art. 319, CPP.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 05/93.

Não havendo pleito liminar, requisitei informações ao juiz primevo (fl. 99), que as prestou por ofício de fls. 100, noticiando a marcha processual.

O Procurador de Justiça convocado, Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior, emitiu parecer de fls. 115/117, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

Ao receber a comunicação da prisão, verificando a legalidade do auto flagrancial, o juiz a quo homologou o flagrante e, nos termos do art. 310, II, do CPP, decidiu pela conversão em prisão preventiva (fls. 20/23).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Não vislumbro, no caso concreto, a aludida ofensa ao art. 311 do Código de Ritos Penais, porquanto, não cuida a hipótese de decretação ex-officio de prisão preventiva, considerando que o julgador primevo se limitou a converter a custódia flagrancial já efetivada dentro dos parâmetros legais em prisão preventiva, consoante autoriza expressamente o art. 310, II do CPP.

Verificada, a partir do acervo probatório contido nos autos, a presença dos requisitos e pressupostos autorizadores da custódia preventiva, previstos nos arts. 311 e 312 do CPP, o magistrado não só pode como deve decretar a medida extrema, independente de requisição policial ou ministerial.

O Superior Tribunal de Justiça, analisando casos análogos, firmou o entendimento de que não há qualquer ilegalidade na conversão, de ofício, do flagrante em prisão preventiva, por atuar o julgador no exato cumprimento de expressa determinação legal. Nesse sentido estão os seguintes julgados:

*"Desnecessária a existência de representação do agente policial ou da oitiva do Parquet, pois, existindo a necessidade da custódia preventiva respeitado os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, deve o magistrado, mesmo sem provocação, decretá-la. **Não há que falar em nulidade no decisorio de primeiro grau pela ausência de representação policial ou ministerial, na medida em que se cuida de mera conversão da prisão em flagrante em preventiva, em exato cumprimento do dispositivo legal**". (HC 263.320/MS, Rel. Min. Marilza Maynard, 5ª Turma, Julgado em 28.05.2013, DJe 03.06.2013).*

"Não se verifica a alegada nulidade da prisão preventiva, por ter sido decretada de ofício pelo juízo processante, porquanto se trata, na realidade, de simples conversão da prisão em flagrante em preventiva, em cumprimento dos ditames do art. 310, inciso II, do Código de Processo Penal". (HC 222.521/PI, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, DJe 10.5.2012).

Nos termos do art. 282, inciso II, § 2º, do Código de Processo Penal, caso presentes os requisitos autorizadores, a prisão preventiva pode ser declarada de ofício. Precedentes desta Corte. (HC 226.956/MG, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 8.3.2012).

Portanto, sob tal prisma, não há ilegalidade a ser sanada.

Igualmente não merecem acolhida os pleitos de revogação do édito prisional ou de substituição da constrição pelas medidas cautelares de que trata o art. 319, do CPP, porquanto, a gravidade concreta do delito, em tese praticado, autoriza a decretação e manutenção da prisão preventiva.



523

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Noticiam os autos que, ao investigar denúncias sobre o tráfico de entorpecentes no bairro do Socorro, em Jaboatão, os policiais do DENARC teriam flagrado o Paciente trazendo consigo cinco papelotes de maconha, com cerca de 350g. Ao revistar a motocicleta por ele conduzia localizaram mais 560g, e, na sua residência, outros vinte e cinco quilos da mesma droga.

A conduta atribuída ao Paciente, a natureza e a quantidade da droga apreendida, aproximadamente vinte e seis quilos de maconha, evidenciam o risco que o Paciente representa à sociedade e à ordem pública, seja pela elevada quantidade de drogas, seja pelo considerável número de usuários que poderiam atingidos pela mercancia proscriita que lhe é atribuída.

Com efeito, mostra-se imperioso estancar a atuação de pessoas que se dedicam ao tráfico de drogas, em detrimento da saúde alheia e com evidente prejuízo para ordem pública, via prisão preventiva. Nesse sentido:

A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva. (STF. HC 95.024/SP, 1.ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 20.02.2009).

a manutenção da prisão cautelar encontra-se suficientemente fundamentada, uma vez que, de acordo com os autos, as Pacientes foram presas em flagrante, na posse de 31 pedras de crack e expressiva quantia em dinheiro, circunstância que demonstra a especial gravidade da conduta e a periculosidade concreta das agentes, a justificar a medida constritiva para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. (HC 241.901/MG, 5.ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 23.08.2012.)

Verificada a necessidade e pertinência da prisão preventiva, inadmissível a concessão da liberdade provisória ou a pretendida substituição da prisão pelas medidas cautelares do art. 319, do CPP, mormente que não foram trazidos elementos idôneos para desconstituir a custódia cautelar.

Por todo o exposto, **voto pela denegação do habeas corpus.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator